

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	1
<b>1 Introdução</b> .....	5
<b>2 Tribunais Constitucionais, Legitimidade e Narrativas Emancipatórias no Constitucionalismo Latino-Americano: Aportes Teóricos</b> .....	13
2.1 Tribunais Constitucionais e Supremas Cortes nas Democracias do Século XX.....	16
2.1.1 Tribunais Constitucionais e Democracias na América Latina do Século XX .....	26
2.2 A Constituição como Processo Público Aberto.....	31
2.3 Tribunais Constitucionais e Supremas Cortes como Foro da Razão Pública: Representatividade e Legitimação Discursiva.....	39
2.4 Narrativas Constitucionais Emancipatórias no Constitucionalismo Latino-Americano .....	52
2.4.1 Narrativas Emancipatórias e Legitimação Social do Direito.....	58
2.5 Conclusões Parciais.....	61
<b>3 Supremo Tribunal Federal, Legitimidade e Jurisprudência Restritiva: o <i>Locus de Garantia dos Direitos Fundamentais?</i></b> .....	63
3.1 A Constituição Federal de 1988 como Processo Público Aberto e Suas Potencialidades: Narrativas Emancipatórias e Disputas de Sentidos de Constituição.....	66
3.2 O Controle de Constitucionalidade Brasileiro: dos Primeiros Passos à Abertura da Jurisdição Constitucional Concentrada no Sistema Constitucional Pós-1988 .....	76
3.2.1 Breve Incursão Histórica Acerca do Controle de Constitucionalidade Brasileiro .....	76

3.2.2 A Abertura do Controle de Constitucionalidade Brasileiro: A Ampliação dos Legitimados Ativos e a Previsão do <i>Amicus Curiae</i> e das Audiências Públicas .....	83
3.3 O Supremo Tribunal Federal e o Descompasso entre a Abertura de Acesso à Jurisdição Constitucional Concentrada e os Bloqueios dos Canais de Comunicação .....	90
3.3.1 A Jurisprudência Restritiva do Supremo Tribunal Federal e o Fechamento dos Canais de Comunicação com a Sociedade Civil .....	94
3.3.2 A Provocação do Supremo Tribunal Federal Via Controle Concentrado de Constitucionalidade: <i>Locus</i> de Garantia dos Direitos Fundamentais?.....	98
3.3.2.1 Uma Análise das Pesquisas Empíricas acerca das ações protocoladas no STF em sede de jurisdição constitucional concentrada.....	99
3.3.2.2 Análise Quantitativa e Qualitativa dos Direitos Fundamentais na Agenda Decisória do STF no Triênio 2017 – 2019 .....	104
3.4 Conclusões Parciais .....	107
<b>4 A Experiência da Jurisdição Constitucional Colombiana: a Defesa dos Direitos Fundamentais a Partir da Abertura da Corte Constitucional à Sociedade Civil .....</b>	<b>109</b>
4.1 A Jurisdição Constitucional Colombiana em Tempos Precedentes à Constituição de 1991: uma História de Insucesso na Proteção dos Direitos Fundamentais.....	113
4.1.1 Breve Incursão Histórica Acerca do Controle de Constitucionalidade Colombiano e a Contextualização Sociopolítica .....	113
4.1.2 O <i>Déficit</i> no Resguardo dos Direitos Fundamentais e a “Erosão de Legitimidade” da Jurisdição Constitucional Colombiana.....	119
4.2 A Constituição de 1991 e a Corte Constitucional Colombiana .....	123
4.2.1 Desenho Institucional da Corte Constitucional Colombiana .....	127

4.3 As Ações de Tutela e as Ações Públicas de Inconstitucionalidade como Instrumentos de Abertura da Corte Constitucional à Sociedade Civil.....	131
4.3.1 A Ação de Tutela.....	132
4.3.2 A Ação Pública de Inconstitucionalidade .....	136
4.3.2.1 Legitimidade Democrática da Jurisdição Constitucional e Ação Pública de Inconstitucionalidade.....	139
4.3.3 Corte Constitucional Colombiana: Perfil Decisório e Perfil de Acesso .....	146
4.4 Conclusões Parciais .....	152
<b>5 Uma Corte Constitucional como Canal de Processamento dos Direitos Fundamentais das Minorias: Propostas de Melhoria ao Sistema de Controle Concentrado de Constitucionalidade Brasileiro .....</b>	<b>155</b>
5.1 Instrumentos de Abertura da Jurisdição Constitucional Concentrada Brasileira à Sociedade Civil: Equivalentes Possíveis da Jurisdição Constitucional Colombiana.....	158
5.1.1 As Entidades de Classe de Âmbito Nacional como Equivalente Possível da Ação Pública de Inconstitucionalidade Colombiana: Proposta de Releitura do Art. 103, IX, da CF/88 .....	162
5.1.2 A Revisão Sistemática da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e a Proposta de Criação de um Incidente de Inconstitucionalidade: Uma Equivalente Possível da Ação de Tutela Colombiana.....	177
5.1.3 Justificativa para a Abertura da Jurisdição Constitucional Concentrada aos Grupos Minoritários: Instrumentos para uma “Revolução de Direitos” no Brasil .....	196
5.2 Por uma Corte Constitucional para o Brasil .....	200
5.2.1 Hans Kelsen e o Modelo de Justiça Constitucional Europeu.....	202
5.2.2 Cortes Constitucionais na Europa e América Latina: Breve Exposição do Desenho Institucional .....	208

5.2.3 Uma Proposta de Corte Constitucional para o Brasil .....	214
5.2.3.1 Proposta de Desenho Institucional para a Corte Constitucional brasileira.....	220
5.3 Conclusões Parciais.....	224
<b>6 Conclusões.....</b>	<b>227</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>233</b>